



EDITORIAL

Transformação Social, Trabalho e Saúde

Social Change, Work and Health

Rodrigo Otávio Moretti-Pires

Editora para a Área de Saúde Coletiva do periódico “Saúde & Transformação Social”

Professor Adjunto II do Departamento de Saúde Coletiva

Vice-Coordenador do Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva

Centro de Ciências da Saúde - Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário Trindade – CEP 88060-239

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil

Tel.: (48) 3721.9388

rodrigo.moretti@ufsc.br

“Saúde & Transformação Social/Health & Social Change” (S&TS/H&SC) foi criada com o intuito de romper com a ciência dominante e hegemônica, que aos olhos dos criadores – dos quais tenho o privilégio de fazer parte – reproduz os padrões de exclusão típicos do modo de produção capitalista, se não contribui para esse.

O lançamento da primeira edição trimestral no dia 1º de maio de 2012, não poderia ser mais oportuna, no sentido de rompimento com a lógica vigente, em especial na área de conhecimento das Ciências da Saúde.

Há 126 anos, em 1º de maio de 1886, os trabalhadores estadunidenses promoveram manifestação e greve contra a jornada de 13 horas de trabalho, o que ocasionou a morte de alguns trabalhadores, consagrando o dia de hoje à defesa do trabalhador. Trabalhador que, consumindo sua força de trabalho em prol do empregador, mantém as engrenagens do modo de produção ativas.

A exigência era simples: trabalhar sim, mas em condições menos degradantes. E a resposta das poderosas forças políticas veio através da polícia que matou três dias depois manifestantes que protestavam contra os primeiros assassinatos.

Na história do Brasil, o dia 1º de maio é rico em significados. Em 1940, Getúlio Vargas instituiu o salário mínimo por força de Lei, que deveria suprir as necessidades básicas, moradia, alimentação, saúde, vestuário, educação e lazer para os trabalhadores – diga-se de passagem, o mínimo necessário para que um ser humano continue a empregar sua força de trabalho a serviço das forças produtivas. Um ano depois, na mesma data, foi criada a Justiça do Trabalho, órgão fundamental na defesa daquele que trabalha.

Mas e o trabalho em Saúde?

O profissional de saúde tem um tipo de trabalho específico, destinado a prestar serviço ao usuário. Nesse sentido, existe responsabilidade técnica sobre os atos. Mas, em sentido mais amplo, o contato entre o usuário e o trabalhador da saúde perpassa algumas dimensões das manifestações do sistema capitalista, que muitas vezes não são aparentes.

A primeira delas refere-se a quem chega ao serviço de saúde. Pensando que, no Brasil, temos um Sistema Público que deveria garantir acesso integral e equânime, nem sempre a realidade traz essa ideiação à prática.

A segunda dimensão é o tipo de trabalho. Na lógica do capital, mecanicista e individualista, o trabalhador da saúde passa muito mais a ser um repositor/concertador de peças defeituosas, do que um ator a serviço da transformação da vida daquele usuário que o procura nas instituições de saúde.

A terceira dimensão é o motivo da doença. Na lógica unicausal dominante, a insuficiência de recursos para a manutenção da vida – haja vista para o fato de que o salário mínimo não garante o que Getúlio propôs – e as condições de trabalho, não cabem no diagnóstico – predominantemente médico – das causas de adoecimento. Acrescidas a essas perspectivas, as leis que deveriam zelar pelo trabalhador são substituídas pelas relações de poder do empregador que fica desgostoso com o não emprego das forças de trabalho que o primeiro “comprou” ao empregar determinado cidadão.

O contato do trabalhador de saúde com os demais trabalhadores (e não trabalhadores) no âmbito dos serviços de saúde – especialmente os Públicos – vai além dessa modalidade de repositor/concertador de outras máquinas, mas sim deveria tomar como abordagem principal a transformação da vida para que o adoecimento cesse e que o trabalhador viva, não apenas reproduza o modo de produção que o faz adoecer.

Gostaria, para encerrar, de chamar atenção a alguns trabalhos que, na presente edição de S&TS/H&SC, levantam profundas reflexões nesses sentidos. A Carta, escrita por um Conselho Municipal de Saúde do Interior Paulista, debate as dificuldades para a implantação do Controle Social no âmbito do SUS. O artigo de Passos e Cutolo, debate as contradições da abordagem biomédica frente ao consumo do meio ambiente em tempos de abordagem sistêmica, enquanto o artigo de Andrade e colaboradores apresenta os desafios para os Gestores Municipais tentarem fazer o SUS que “deveria ser”.

Em especial, os dois artigos da seção de Metasínteses e Revisões, referem-se à temática desenvolvida no presente editorial:

transformação social, trabalho e saúde. O artigo de Kowalesky e Bressan investiga a produção científica sobre a exaustão do trabalhador no fenômeno do *burnout*, enquanto o artigo de Ferraz e colaboradores trata da Educação Permanente, importante instrumento para mudanças no trabalho e na saúde do trabalhador de saúde.

Com esse espírito, e em memória daqueles que em 1º de maio de 1986 lutaram e morreram por si e pelos direitos de outros trabalhadores, desejo a todos os leitores que os trabalhos da presente edição possam auxiliá-los na transformação necessária em prol da vida, nem que custe prejuízo ao capital.